

Parte I  
Artigos



# Ergativas e médias em português

Mário A. Perini\*

## Resumo

A distinção entre construção ergativa e construção média em português não se justifica, porque não se aplica à subclassificação dos verbos; conseqüentemente, a distinção entre ergativa e média não tem utilidade para o estabelecimento de diáteses verbais. As diferenças apontadas na literatura para distinguir “ergativas” de “médias” são decorrentes de fatores independentes, não relacionados com uma presumível propriedade da construção propriamente dita: o aspecto verbal e fatores ligados ao nosso conhecimento do mundo. Uma “construção”, tal como aqui se define, é uma entidade **simbólica**, ou seja, uma estrutura formal específica associada a certos traços semânticos específicos.

Palavras-chave: Diátese; Construção média; Construção ergativa.

**M**eu objetivo neste artigo é discutir a conveniência ou não de se estabelecer em português a diátese (ou “voz”) **média**, defendida ou tacitamente aceita por alguns autores (LEVIN, 1993; CAMACHO, 2003; WENCESLAU, 2003). Vou argumentar que para o português essa diátese não se justifica, e que os casos considerados como exemplos de construção média devem ser analisados como casos de construção ergativa. Como preliminar necessário, vou também discutir a noção geral de **diátese**.

A variedade do português estudada aqui é o português falado em Minas Gerais. No aspecto que nos interessa (as diáteses verbais) o português padrão escrito, principalmente em suas formas mais conservadoras, apresenta diferenças em relação à língua coloquial; neste artigo, não me ocupo da variedade formal da língua.

---

\* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

## QUE É DIÁTESE?

### Definição de “diátese”

A noção de **diátese** é comum em gramática e em lexicologia (freqüentemente sob os rótulos de **voz**, **valência** ou **regência**). Não obstante, acho que seria útil explicitá-la com certo cuidado antes de iniciar nossa discussão, porque nem sempre o termo “diátese” é tomado na literatura de maneira rigorosa e unívoca, e, na ausência de definições claras, o debate tende a perder o sentido (como tento mostrar a seguir).

Denomina-se **diátese** cada uma das construções em que determinado item léxico (neste artigo, sempre um verbo) pode ocorrer; nesse sentido, as diáteses de um verbo são parte de seu potencial funcional e servem de base para sua colocação em uma subclasse específica dentro da grande classe dos verbos.

Assim, o verbo *assustar* pode ocorrer na construção causativa,<sup>1</sup> na ergativa ou na passiva:

- (1) O professor assustou os alunos. [causativa]
- (2) Os alunos assustaram. [ergativa]
- (3) Os alunos foram assustados pelo professor. [passiva]

Já o verbo *castigar* só ocorre na causativa ou na passiva, não na ergativa:

- (4) O professor castigou os alunos. [causativa]
- (5) \*Os alunos castigaram. [inaceitável em acepção ergativa]
- (6) Os alunos foram castigados pelo professor. [passiva]

A construção ergativa se caracteriza por atribuir ao sujeito o papel semântico de “tema”; e com efeito essa é a interpretação que se verifica em (2) (ou seja, os alunos são a entidade que sofre o susto). Mas (5) é inaceitável nessa acepção: não é possível entender de (5) que os *alunos* são a entidade que sofre o castigo.

Isso, naturalmente, coloca *assustar* e *castigar* em subclasses diferentes de verbos; e essa diferença é uma informação que o usuário da língua precisa dominar, se quiser usar corretamente esses verbos.

---

<sup>1</sup> Chamo **causativa** a construção em que o sujeito é “agente”; essa construção é também chamada **ativa**, ou **transitiva**, nome preferido por Levin, que no entanto acrescenta: “the transitive use of a verb V can be paraphrased as roughly ‘cause to V-intransitive’” [Levin, 1993, p. 26-27]. Ou seja, trata-se de uma causação. Prefiro evitar as designações **ativa** e **transitiva** porque ambas têm usos tradicionais em gramática, o que pode levar a confusões.

Note-se que as diferentes construções em que ocorre um verbo não precisam ser semelhantes semanticamente. O que se exige é que haja uma definição expressa em termos formais e semânticos (ou seja, em termos **simbólicos**, para usar a terminologia de Langacker, 1987; 1999). Por exemplo, a construção passiva se caracteriza por ter sujeito “tema”; pela presença do verbo *ser* + particípio passado do verbo principal, etc. Já a construção causativa e a ergativa se definem da maneira seguinte:

- (a) na construção **causativa** o sujeito é “agente” e o objeto direto, quando presente, é “tema”;
- (b) na construção **ergativa** não há objeto direto e o sujeito é “tema”.

Exemplos são as frases (1) e (2), abaixo repetidas:

- (1) O professor assustou os alunos. [causativa]
- (2) Os alunos assustaram. [ergativa]

Proponho que se defina **diátese** como uma construção a ser vista em termos simbólicos, considerada como entorno possível de ocorrência de um verbo. Assim, pode-se falar da “diátese passiva de *comer*”, ou dizer que “*comer* tem a diátese passiva”.<sup>2</sup>

### Validade relativa das categorias taxonômicas

Dentro dessa concepção, as diáteses classificam os verbos com um objetivo descritivo específico, que é o de estabelecer as construções que cada um seleciona; mas a classificação dos verbos por diáteses não tem valor irrestrito na gramática. Se mudarmos o objetivo descritivo, a classificação poderá ser outra. Por exemplo, Márcia Cançado (comunicação pessoal) sustenta que é necessário distinguir a construção ergativa da média porque cada uma define uma perspectiva distinta, uma maneira própria de se falar do mesmo evento. Embora eu negue neste artigo a utilidade da distinção para efeitos da subclassificação dos verbos, não estou necessariamente contra a posição de Cançado, já que ela estabelece um objetivo descritivo diferente. Para demonstrar a adequação da minha tese, basta mostrar que não existem verbos que selecionem a construção média em oposição à ergativa.

<sup>2</sup> Estou considerando apenas fatores sintáticos (presença ou ausência de certos complementos) e os papéis semânticos atribuídos a esses complementos como possíveis elementos definitórios de uma diátese. Mas é possível que haja outros tipos de fatores; por exemplo, a diátese “média”, tal como definida por Levin na passagem citada na seção 1, utiliza também a referência temporal do verbo como elemento de definição. Embora eu esteja argumentando contra essa diátese particular, continua sendo possível que tais elementos semânticos possam ser utilizados na definição de outras diáteses.

Isso decorre de uma concepção taxonômica específica: entende-se aqui que os elementos lingüísticos (lexemas, sintagmas) se classificam de maneiras variáveis segundo o objetivo descritivo. Antes de passar adiante, acho importante explicitar melhor essa concepção, que se opõe à que se encontra, explícita ou implicitamente, na maior parte da literatura.

A classificação de um objeto (lingüístico ou não) não é uma coisa absoluta. Nossa capacidade de classificação é extremamente flexível, porque precisa se adaptar às necessidades do momento. Se eu chamo o animal que tenho em casa de “cachorro”, e o do vizinho também de “cachorro” (apesar de o meu ser um *pinscher* e o do vizinho um pastor alemão), devo ter alguma razão para isso. De algum ponto de vista, esses dois animais tão diferentes ficam juntos em uma classe. Mas é exatamente isso: de algum ponto de vista. Para levar no veterinário, digo pelo telefone apenas que é um cachorro. Mas se o ponto de vista for servir como animal de guarda, aí tenho que dizer que o meu é um *pinscher* (e portanto não tem grande serventia para isso). Ou seja: o ponto de vista condiciona a classificação.

Digamos que vamos classificar palavras. Não podemos simplesmente perguntar quais são as classes de palavras do português – vai depender do ponto de vista. Digamos que o objetivo da classificação seja colocar as palavras em determinada ordem no dicionário. Aí, a classificação vai ser: palavras começadas por *A*, palavras começadas por *B*, etc. A ordem alfabética é a classificação “correta” nesse caso. Mas se o objetivo for escrever uma gramática da língua, sabemos muito bem que a primeira letra da palavra não tem a menor relevância: as palavras começadas por *A* não se comportam gramaticalmente de maneira semelhante. Já para os aficcionados de palavras cruzadas o número de letras de cada palavra tem importância: eles distinguem palavras de uma letra, de duas letras, de dez letras, etc. E para um poeta que quer metrificar seus versos é o número de sílabas que vai ter importância. Por conseguinte, antes de atacar o problema da classificação das palavras e formas do português, é necessário estabelecer os objetivos dessa classificação. Mesmo dentro do objetivo geral de escrever a gramática da língua, os objetivos podem variar segundo o tipo de fenômeno que está sendo descrito no momento.

Tudo isso se aplica à classificação dos verbos. Se no momento estamos descrevendo a morfologia flexional, uma classificação fundamental é a que distingue verbos da 1ª, 2ª e 3ª conjugações, já que a morfologia do verbo depende da conjugação a que ele pertence. Para a descrição da morfologia, também é importante classificar os verbos em regulares e irregulares. Ou seja, em português os verbos se classificam em regulares e irregulares; e em verbos de 1ª, 2ª e 3ª conjugação. Essa classificação é importante na gramática, e não podemos passar sem ela.

Mas a importância dessa classificação fica na morfologia. Passando à descrição

da transitividade, temos que considerar objetivos diferentes, e em consequência uma classificação diferente. Alguns verbos podem aparecer com objeto direto, como *comer* (*eu comi a pizza*), e outros não podem, como *desaparecer*. Para descrever esse fenômeno, a conjugação a que o verbo pertence não tem a menor importância. Aqui vamos distinguir as classes dos verbos “transitivos” e “intransitivos”, e nunca “transitivos da 1ª conjugação”, “transitivos da 2ª conjugação”, etc., porque a conjugação a que pertence um verbo não afeta o seu comportamento segundo o aspecto que estamos descrevendo no momento.

Portanto, não existe uma única maneira correta e exclusiva de classificar os verbos (ou outras formas da língua): existem necessariamente várias, porque há vários pontos de vista possíveis no estudo dos verbos. Na memória do falante, uma entidade como a que chamamos “o verbo *comer*” é um objeto complexo, e está classificado segundo várias propriedades, entre as quais:

- (a) é um verbo;
- (b) é regular;
- (c) é da 2ª conjugação;
- (d) aceita objeto direto;
- (e) não exige objeto direto;
- (f) denota um tipo de ação, etc.

Segundo o objetivo descritivo do momento, cada uma dessas características é ou não relevante. Para descrever a fonologia, nenhuma das características listadas acima para *comer* tem relevância; para descrever a morfologia, só valem as características (a), (b) e (c); para a sintaxe, valem (d), (e) e muito provavelmente (f). Essa flexibilidade da classificação tenta representar a habilidade que todos temos de classificar um objeto de uma ou outra maneira, de acordo com a necessidade do momento – habilidade que pomos em ação ao processar expressões lingüísticas, como em outros momentos da vida.

É por isso que a argumentação desenvolvida neste artigo contra a utilidade da diátese média se limita aos interesses da descrição dos entornos de ocorrência de cada verbo. Se se verificar que as “ergativas” e as chamadas “médias” também funcionam paralelamente de outro ponto de vista (autorizando-nos, por conseguinte, a identificá-las desse ponto de vista), teremos aí uma informação importante sobre a língua. Mas isso não é um ponto de partida a ser tomado como dado; é antes uma hipótese a ser empiricamente verificada. É o caso, notadamente, da hipótese defendida por Levin (1993) de que há um alto grau de coincidência entre as diáteses aceitas por um verbo e traços importantes de seu significado.

As diáteses recobrem duas áreas tradicionais: as chamadas **vozes**, das quais o exemplo paradigmático é o par passiva/ativa, e a **regência**, que na gramática tradicional se resume à subclassificação dos verbos em cinco subclasses: transitivo

direto, transitivo indireto, transitivo direto e indireto, intransitivo e de ligação. As “vozes” correspondem a uma pequena parte da definição das construções envolvidas<sup>3</sup> e a “regência” corresponde à listagem das diáteses de cada verbo em particular.

A importância do estudo das diáteses vem do fato de que elas definem uma grande parte do comportamento gramatical dos verbos – e, por conseguinte, se colocam no centro dos princípios que governam a estrutura da oração. Além disso, são muito mais numerosas do que tradicionalmente se supõe, revelando uma área de grande complexidade do nosso conhecimento da língua.

## CONSTRUÇÃO ERGATIVA E CONSTRUÇÃO MÉDIA

A construção ergativa, mencionada acima, pode ser exemplificada por (7), abaixo:

(7) O tanque **encheu** rapidamente.

Estou classificando como “ergativa” toda e qualquer construção que tenha as características listadas anteriormente. Segundo essa definição, temos outro exemplo de construção ergativa em:

(8) Esse artigo só **vende** no verão.

No entanto, para alguns autores, (8) seria exemplo de outra construção, denominada **média**. Por exemplo, de acordo com Levin (1993):

A alternância média não deve ser confundida com a alternância causativa/[ergativa] [...] Primeiro, a construção média difere da [ergativa] [...] porque não denota um evento; ou seja, não precisa ter uma referência temporal específica. Depois, a construção média sempre pressupõe um agente (*Crystal vases shatter easily*), ao passo que a [ergativa] não precisa (*The crystal vase shattered*). (p. 4)<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Digo “pequena parte” porque a gramática tradicional só considera umas poucas construções: passiva, ativa, pronominal... Há pelo menos várias dezenas de construções relevantes para a definição das diáteses verbais [ver Levin (1993) que dá uma lista de construções relevantes para a definição das diáteses verbais do inglês].

<sup>4</sup> Para facilitar a leitura, substituo o termo **inchoativo**, que é o usado por Levin, por **causativo**. O que Levin chama **alternância** é para nós **diátese**, um termo que prefiro por ser mais comum na literatura. O texto original é o seguinte: “The middle alternation should not be confused with the causative/inchoative alternation [...] First, the middle construction differs from the inchoative construction [...] in not denoting an event; that is, it need not have a specific time reference. Second, the middle construction always implies an agent (*Crystal vases shatter easily*), while the inchoative construction need not (*The crystal vase shattered*)” [LEVIN, 1993, p. 4, note 2]. A afirmação de Levin de que a construção média implica necessariamente um agente é estranha, pois é imediatamente refutada pelos pró-



Em outra passagem, ela acrescenta que “na maioria dos casos, a construção média inclui um elemento adverbial ou modal.” (LEVIN, 1993, p. 26).

Eu gostaria de questionar, para o caso do português, a validade dessa distinção aceita por Levin, e aparentemente seguida por boa parte dos autores atuais. O problema que se coloca é o de distinguir ou não a construção ergativa da média, e vou argumentar que essa distinção não é necessária. Mas, antes de apresentar meus argumentos, será preciso discutir os objetivos de fazer esse tipo de distinção; ou seja, vamos nos perguntar para que é preciso estabelecer distinções entre as diversas construções gramaticais, considerando algumas delas base para diáteses, e outras não.

### Para que distinguir diáteses?

Existe, em princípio, uma infinidade de distinções possíveis em gramática. No entanto, nem todas são consideradas importantes, e há uma razão por trás disso. A razão, como já vimos, é que toda classificação tem um objetivo. Assim, os verbos *cair* e *desaparecer* serão classificados juntos ou não, segundo os objetivos do momento. Se nosso objetivo for descrever a possibilidade de ocorrência em construções causativas ou ergativas, *cair* e *desaparecer* estarão juntos, pois ambos são verbos ergativos – ou seja, só podem ocorrer na construção ergativa. Mas se o objetivo for a descrição da flexão verbal, então esses verbos terão que ser separados, pois pertencem a conjugações diferentes. Em outras palavras, nenhuma classificação é válida ou inválida em si; será válida ou inválida em função de um objetivo descritivo particular.

O que temos que perguntar agora é qual o objetivo de se distinguir a construção ergativa da construção causativa ou da média. A resposta é que essa distinção se faz com o objetivo de descrever as diáteses verbais. Não se trata pura e simplesmente de exprimir diferenças sintáticas, nem semânticas, mas de procurar as diferenças que se correlacionam com a seleção de verbos específicos em significados específicos.

É por isso que não se fala de uma diátese topicalizada, com base na diferença entre

(9) A menina comprou uma bicicleta.

(10) Uma bicicleta, a menina comprou.

---

prios exemplos que ela dá. Mas mesmo que tenha havido uma distração, e ela esteja falando da causativa (*inchoative*), a afirmação é incorreta, pelo menos para o português: todos os falantes que consultei aceitam *o vaso de cristal quebrou* sem necessidade de se subentender um agente.

Acontece que não há verbos que exijam ou recusem objeto topicalizado – essa construção pode ocorrer com qualquer verbo da língua – e, portanto, a construção que chamamos “topicalizada” é irrelevante para a definição de diáteses. Pela mesma razão não distinguimos diáteses baseadas no tempo verbal, como em (9) e (11), a seguir:

(9) A menina comprou uma bicicleta.

(11) A menina vai comprar uma bicicleta.

e assim por diante. Já a passiva pode ser considerada uma “construção” no sentido que nos interessa, porque há verbos que a rejeitam (*ter, ser, dormir*); e, naturalmente, também precisamos distinguir a construção causativa da ergativa, por exemplo para distinguir *assustar* de *castigar*, como vimos anteriormente.

Portanto, se quisermos discutir a conveniência ou não de se distinguir a construção “média” de

(8) Esse artigo só vende no verão.

da construção “ergativa” de

(12) O leite ferveu.

teremos que investigar se essa distinção é relevante para a definição de diáteses verbais. É minha opinião que não é relevante, e que portanto a distinção entre construção média e construção ergativa é, para nossos objetivos, supérflua.

### **Por que a construção média é desnecessária**

Se aceitarmos, para fins da discussão, que médias e ergativas são construções distintas, vamos verificar que não há verbos que possam ocorrer na construção ergativa e não na média, ou vice-versa (isso será mostrado a seguir). Os traços semânticos apontados por Levin (1993) como características da construção média são derivados automaticamente de fatores tais como o significado do verbo e o aspecto verbal que ele expressa. Por exemplo, se em (8) não temos um evento, mas uma propriedade (“é propriedade desse artigo só vender no verão”), isso pode ser atribuído às condições sob as quais se diz de um artigo que “vende”: *vender*, nesse sentido, exprime uma propriedade, mas poderia exprimir um evento como em

(13) Sinto muito, mas o chocolate já vendeu todo.

E se aí há um agente subentendido, isso se deve ao significado de *vender*, que exprime um fato que não pode ocorrer espontaneamente. Isso não tem nada a ver com a construção, mas antes com a maneira como concebemos o evento que chamamos *vender*. Um caso oposto é *esfarinhar*, que é algo que pode acontecer a um pão sem que nenhum agente interfira, e que, por isso mesmo, pode ocorrer facilmente sem agente subentendido:

(14) O pão esfarinhou todo.

Se isso for correto, teremos que concluir que a oposição entre as construções média e ergativa não tem relevância para a classificação dos verbos, e portanto carece de utilidade e deve ser abandonada.<sup>5</sup> Vamos explorar essa possibilidade.

Para começar, note-se que uma das propriedades apontadas por Levin (1993) não é exclusiva da (presumível) construção média, já que frases ergativas também admitem a existência de um agente: nada impede que se entenda (7) como sendo o resultado da ação do frentista, por exemplo. A diferença real, deste ponto de vista, é que o fato de um tanque ficar cheio pode ou não ser resultado da ação de um agente, ao passo que o fato de um artigo ser vendido só pode ser resultado da ação de um vendedor. Essa diferença está codificada na semântica dos próprios verbos, assim como no nosso conhecimento dos processos de “encher” e de “vender”. Se o contexto deixar claro que há um frentista envolvido, entenderemos (7) como resultado de sua ação – mas para descrever isso não é necessário definir uma construção específica, já que há fontes adequadas, independentemente motivadas, que nos fornecem essa informação. O próprio exemplo de Levin (1993), acima referido (*crystal vases shatter easily*), ou pelo menos sua tradução portuguesa, *vasos de cristal quebram facilmente*, não me parece em absoluto requerer um agente em sua interpretação semântica. Acho, aliás, sintomático que Levin, em seus exemplos, tenha utilizado o mesmo verbo (*shatter* ‘quebrar’) para exemplificar tanto a construção ergativa quanto a média.

Agora voltemos à propriedade da construção média de não denotar um evento, e, portanto, de não ter referência temporal específica. Digamos que estivéssemos estudando construções causativas como

<sup>5</sup> O que não quer dizer, evidentemente, que as diferenças apontadas entre a construção ergativa e a “média” sejam irrelevantes. Apenas, não autorizam a definição de uma nova construção, considerados os objetivos presentes da subclassificação dos verbos.

- (15) A chuva derrubou as flores.  
 (16) A chuva atrapalha as atividades esportivas.

Em (15) temos um evento, com referência temporal específica (“passado”), e em (16), uma afirmação de caráter universal, sem referência temporal específica. Mas isso não nos autoriza a definir aqui duas “construções” diferentes, pois não seria possível basear uma subclassificação dos verbos nesses fatores. A diferença vem, no caso, do aspecto do verbo, imperfectivo em (16) e perfectivo em (15). Sabe-se que o perfectivo tem a propriedade de fixar referências temporais; e a diferença entre um evento e uma afirmação universal está justamente na presença ou ausência de referência temporal. Tanto é assim que podemos permutar os tempos e aspectos dos verbos, e o resultado será que a referência temporal específica de (15) desaparece em (17), ao passo que aparece uma em (18):

- (17) A chuva derruba as flores.  
 (18) A chuva atrapalhou as atividades esportivas.

Se essa permuta de tempo/aspecto é suficiente para explicar as diferenças semânticas em questão, não há nenhuma necessidade de se definir duas “construções” diferentes. Veremos na seção a seguir que a situação aqui exemplificada com *derrubar* e *atrapalhar* é típica, ocorrendo com todos os verbos que aceitam a construção ergativa.

Voltando às médias e ergativas, me parece que o caso aqui é análogo ao que illustrei anteriormente. A frase (7) tem referência temporal específica porque o verbo está no perfeito; se o mudarmos para o presente, a referência desaparece:

- (19) O tanque enche rapidamente.

Já em (8),

- (8) Esse artigo só vende no verão.

fica mais difícil introduzir referência específica; isso não se deve à construção, mas à semântica do verbo *vender*, no sentido de “ter aceitação entre os compradores”. Geralmente não se diz que um artigo *vende* com base em um único evento, ou em alguns poucos. Um artigo só “vende” quando os clientes o compram com frequência, habitualmente, daí uma certa dificuldade de se introduzir referência temporal pontual. Mas mesmo assim é possível construir uma frase semelhante a (8), porém com referência temporal, como se vê em

(13) Sinto muito, mas o chocolate já vendeu todo.

Para resumir: vimos que os dois fatores invocados na literatura para distinguir médias de ergativas (ou seja, o agente necessariamente subentendido e a ausência de referência temporal) não são decorrentes de propriedades da construção, mas de outros fatores independentes, em particular a semântica do verbo e a do aspecto verbal. O resultado é que a diferença entre ergativas e médias não pode ser utilizada para subclassificar os verbos. Por isso, não distinguirei aqui a construção ergativa da construção média proposta por alguns autores; e direi que a construção ilustrada nos exemplos (7), (8), (13), (14) e (19) acima é a ergativa, não a “média”.

Camacho (2003) adota posição oposta, defendendo a necessidade de definir a construção média (que ele chama “voz média”). No entanto, o conceito de “média” no contexto de seu artigo me parece confuso e seu uso na prática arbitrário, quando não contraditório – o que ilustra o problema mencionado acima, qual seja, o da falta de uma conceituação clara e explícita de “diátese”. A proposta de Camacho (2003) é discutida adiante.

### Papel do significado do verbo

Por outro lado, e, apesar da opinião de Levin (1993), não estou certo de que as oposições diatéticas sejam **todas** deriváveis da semântica do verbo e de seus afixos – embora certamente o fator significado seja o mais importante. Por exemplo: Fellbaum (1992) observa que *sell* ‘vender’ ocorre na construção ergativa (para ela, “média”), mas *buy* ‘comprar’ não, e o mesmo pode ser dito a respeito de *vender* e *comprar*, respectivamente:

(20) Sombrinhas vendem mais no verão.

(21) \*Sombrinhas compram mais no verão.

Por enquanto, temos que atribuir isso a marcas idiossincráticas dos verbos envolvidos: *vender* tem as diáteses causativa e ergativa, ao passo que *comprar* só tem a causativa.

Aliás, verbos como *vender* constituem contra-exemplo à condição proposta por Cançado (2002), que, seguindo Whitaker-Franchi (1989), estipula que a diátese ergativa não é aceita por verbos que acarretam para seu sujeito, necessariamente, a propriedade de se constituir num desencadeador do processo com controle. Um dos exemplos de Cançado (2002) é o item verbal *modelar*, presente nas seguintes orações (numeração minha):

(22) José modelou um vaso de barro.

(23) \*O vaso de barro modelou.

Acredito que Cançado se refere à exigência de um agente desencadeador e controlador para o evento de “modelar”. Essa condição não funciona para *vender*, porque apesar de o evento de “vender” acarretar necessariamente um agente (desencadeador com controle), a construção ergativa é possível. Outro contra-exemplo é *amamentar*, apontado por Wenceslau (2003, p. 65).

Pode-se acrescentar, aqui, o exemplo dos verbos *roubar*, *furtar*, *tirar*, *surripiar*, que são praticamente sinônimos, mas que apresentam propriedades diatéticas diferentes:

(24) O deputado roubou mais de 50 milhões da União.

(25) O deputado roubou a União em mais de 50 milhões.

Os verbos *furtar*, *tirar* e *surripiar*, embora de significado quase idêntico ao de *roubar*, só cabem na construção exemplificada em (24), e não na exemplificada em (25).

## TESTANDO UMA HIPÓTESE

Resumindo o que foi dito até o momento, a construção média não deve ser considerada uma diátese independente porque não é instrumento de subclassificação dos verbos; seus efeitos podem ser explicados através de outros fatores, como o aspecto verbal, e não como propriedade autônoma do verbo da sentença.

Levin (1993) afirma o contrário:

Tem havido algum debate (...) sobre se realmente existe uma alternância média que seja distinta da alternância [causativa/ergativa], ou se se trata de somente uma alternância. Verbos que mostram a alternância [causativa/ergativa] são encontrados na construção média, mas há um bom número de verbos que ocorrem na construção média que não mostram a alternância [causativa/ergativa]. (p. 26)<sup>6</sup>

E, com efeito, Levin tem, em sua lista de tipos de verbos, diversos itens verbais que ocorrem com uma das diáteses, mas não com a outra; sua afirmação é,

<sup>6</sup> No original: “[...] there has been some debate [...] about whether there really is a middle alternation that is distinct from the causative/inchoative alternation or whether there is only a single alternation. Verbs that display the causative/inchoative alternation are found in the middle construction, but there is a number of verbs found in the middle construction that do not display the causative/inchoative alternation” [LEVIN, 1993, p. 26].

portanto, válida para o inglês. A questão que nos interessa, entretanto, é se ela vale para o português, e suspeito que a resposta é negativa. Para verificar a validade da afirmação de Levin (1993), examinei sua lista de subclasses de verbos (p. 111-176). Em todos os casos em que a diátese causativa era possível, mas não a média, ou vice-versa, testei as alternativas com verbos do português, com os resultados dados a seguir.<sup>7</sup> Naturalmente, quando uma frase abaixo aparece marcada como um caso de construção “média”, deve-se entender que se trata-se de uma simples referência à análise de Levin, adaptada ao exemplo português. Para mim, são todas “ergativas”.

#### Casos em que a ergativa é possível, mas não a média

##### *Stand verbs* (LEVIN, 1993, item 9.2)

Não têm correspondentes em português – isto é, as diáteses dos verbos que traduzem os *stand verbs* em português são diferentes. Por exemplo, com *stand* temos:<sup>8</sup>

- (26) The books stood on the table. [ergativa]  
 (27) \* Tall books stand on tables easily. [média]

A tradução portuguesa apresentada em (26) nos mostra que foi preciso utilizar verbos como *ficar* ou *estar*, que ocorrem em ambas as construções:

- (28) Os livros ficaram / estavam na mesa [ergativa]  
 (29) Livros altos ficam em estantes estreitas. [média]

##### *Pour verbs* (LEVIN, 1993, item 9.5)

Encontramos, em português, as duas construções. Assim, para os seguintes exemplos de Levin:

- (30) Water pours onto the plants. [ergativa]  
 (31) \* Water pours easily onto the plants. [média]

<sup>7</sup> Não estou incorrendo no erro, apontado acima, de utilizar resultados de uma língua para validar uma análise de outra. Usei a lista de Levin apenas como uma fonte de idéias para construir uma lista de verbos portugueses, testados em termos de seu uso em português. Parti da idéia de que seria de esperar que pelo menos alguns dos verbos que aceitam a ergativa e não a média, ou vice-versa, em inglês teriam comportamento semelhante em português. Essa hipótese, como vimos não foi confirmada. Acrescento que não questioneei as intuições dadas por Levin para o inglês, embora para meu ouvido não-nativo elas nem sempre se confirmem.

<sup>8</sup> Os exemplos em inglês são os de Levin, com numeração minha. Estou usando “ergativa” onde Levin usa *inchoative*.

temos em português frases aceitáveis:

(32) A água derramou nas plantas. [ergativa]

(33) Água derrama fácil. [média]

### Casos em que a diátese média é possível, mas não a ergativa

Esses são os casos mencionados por Levin (1993), na passagem citada acima, e com efeito parecem ser numerosos em inglês. Em português, porém, tudo indica que não existem. Em todos os casos examinados, o português aceita livremente a ergativa ou a média.

*Cut verbs* (LEVIN, 1993, item 21.1)

Exemplos dados por Levin:

(34) \*The bread cut. [ergativa]

(35) Whole wheat bread cuts easily. [média]

Em português, temos

(36) Meu braço cortou todo. [ergativa]

(37) Banana corta facilmente. [média]

(38) Quando serrei as pernas, o tampo da mesa serrou também. [ergativa]

(39) Essa madeira serra fácil. [média]

*Carve verbs* (LEVIN, 1993, item 21.2):

Exemplos de Levin:

(40) \*The stone carved. [ergativa]

(41) Marble carves easily. [média]

A situação é a mesma que para os verbos *cut*, semanticamente muito semelhantes. Em português, com alguns ambas as construções são possíveis, a julgar por

(42) O Zé não soube usar a máquina, e o filé moeu todo. [ergativa]

(43) Essa carne é dura, não mói. [média]

Com outros verbos, como, por exemplo, *esculpir*, nem a ergativa nem a (presumível) média é aceitável.



*Shake verbs* (LEVIN, 1993, item 22.3)

Exemplos de Levin:

(44) \*The sugar whipped into the cream. [ergativa]

(45) Sugar whips into cream easily. [média]

Em português, temos:

(46) ? O açúcar amassou na margarina. [ergativa]

(47) ? O açúcar amassa em margarina ou em manteiga. [média]

Eu diria que as frases (46) e (47) são ambas um tanto estranhas, não muito naturais; mas, primeiro, elas o são em grau idêntico; e, depois, os demais verbos do grupo de *amassar* (seguindo-se a listagem de Levin), ou se comportam como *amassar* (*embolar, bater, amarrar, ajuntar*), ou, então, não aceitam nenhuma das duas construções (*sacudir*). O que interessa é que não há casos claros em que uma das construções é aceitável e a outra inaceitável.

*Tape verbs* (LEVIN, 1993, item 22.4):

Exemplos de Levin:

(48) \*The label taped to the cover. [ergativa]

(49) Labels tape easily to that kind of cover. [média]

Em português:

(50) A tinta grudou no banco. [ergativa]

(51) Tinta gruda. [média]

*Disassemble verbs* (LEVIN, 1993, item 23.3):

Exemplos de Levin:

(52) \* The handle unscrewed from the box. [ergativa]

(53) That new handle unscrews easily. [média]

Em português:

(54) O cabo desparafusou de repente. [ergativa]

(55) Esse cabo desparafusa. [média]

*Amuse verbs* (LEVIN, 1993, item 31.1):

Exemplos de Levin:

(56) \*The children amused. [ergativa]

(57) Little children amuse easily. [média]

Em português:

(58) O menino assustou com o palhaço. [ergativa]

(59) Esse menino assusta fácil. [média]

### Discussão dos exemplos

Creio que os exemplos acima são suficientes para mostrar, pelo menos preliminarmente, que os fatos do português são significativamente diferentes dos do inglês (tais como apresentados por Levin, 1993). Ou seja, não encontrei em português um único caso claro de verbo que aceite a construção ergativa mas não a média, ou vice-versa. Tenho que concluir, até melhor juízo, que a situação mencionada por Levin não se verifica em português.

Como se vê nos exemplos do português, freqüentemente é necessário criar um contexto para que a construção em teste possa ser aceita. Isso não me parece um problema, já que, primeiro, frases normalmente aparecem em contexto; e, depois, sabemos que o que se chama *construção média* não passa da ocorrência da construção ergativa em determinadas situações. A própria Levin (1993) reconhece que, na maioria das vezes, a construção média é acompanhada por “um elemento adverbial ou modal” (p. 26). Esse elemento está, a meu ver, justamente fornecendo o contexto aspectual que caracteriza essas frases, e que, pelas razões vistas, não constitui uma nova diátese.

### A PROPOSTA DE CAMACHO (2003)

O artigo de Camacho (2003) merece comentário porque trata especificamente do português, e reflete a concepção (a meu ver insuficientemente clara) que às vezes se tem do problema. Devo salientar que Camacho só leva em conta dados do português padrão escrito, o que significa que ele não considera a possibilidade de frases como *o gelo derrete* (ao lado de *o gelo se derrete*) que, se incluídas, o levariam possivelmente a introduzir modificações em sua proposta. Assim, a presença do pronome *se* é, para autor, uma marca necessária da construção que ele

chama “média” – e que eu prefiro considerar apenas um caso especial da construção ergativa.

No entanto, e apesar do título, o trabalho de Camacho (2003) não aborda o problema discutido anteriormente, da distinção entre as construções “ergativas” e as chamadas “médias”. Aliás, até onde posso ver, Camacho chama de “média” ambas as construções, isto é, não faz distinção entre médias e ergativas. Isso se depreende, por exemplo, da passagem seguinte:

As sentenças formalmente ativas cujo sujeito é não-afetado serão consideradas sentenças básicas de diátese ativa, enquanto as sentenças formalmente ativas cujo sujeito é afetado serão consideradas sentenças básicas de diátese média. (CAMACHO, 2003, p. 92)

É claro que, segundo essa definição, frases tipicamente ergativas como

(2) Os alunos assustaram.

precisam ser analisadas como exemplos da construção “média”.<sup>9</sup>

Isso quer dizer que o que Camacho pretende é mostrar a necessidade de definir uma diátese distinta da causativa, da passiva, etc.; essa diátese se identifica com a que chamo “ergativa”. Eu não consideraria uma diátese separada as construções com reflexivo, ponto em que me distancio da posição de Camacho. Mas, no essencial, concordo com ele quanto à necessidade de definir uma diátese (para mim “ergativa”, para ele “média”).

No entanto, não concordo com a argumentação de Camacho (2003), que a meu ver é insuficiente para demonstrar seu ponto de vista. O artigo de Camacho ilustra um problema bastante comum na literatura lingüística, o de tentar demonstrar um ponto de vista sem ter o cuidado prévio de definir com a maior clareza possível os termos fundamentais a serem usados na discussão. Não se trata de deficiência desse autor, mas um verdadeiro vício, bastante espalhado entre os lingüistas.

A argumentação de Camacho se baseia na proposta de Kemmer (1994) que

<sup>9</sup> Não fica totalmente claro no artigo o que vêm a ser sentenças “básicas”, que são as únicas estudadas por Camacho, a julgar por sua afirmação de que “este trabalho interessa-se [...] pela relação do sujeito com situações expressas em sentenças básicas, não em sentenças derivadas” (CAMACHO, 2003, p. 92). Trata-se, provavelmente, de uma noção vinculada a um modelo transformacional de análise. No entanto, os exemplos dados sugerem que as construções aqui chamadas “ergativas” não seriam derivadas, mas básicas; na verdade, não se distinguiriam das “médias” de Camacho. Por exemplo, Camacho procura distinguir “médias” de “reflexivo-recíprocas”, mas nunca menciona a necessidade de diferenciar “médias” de “ergativas”.

enumera uma lista de dez tipos de situações altamente relevantes, denominadas tipos de situação medial (...): cuidados corporais (Latim *lavo-r*, português *lavar-se*), movimento não-translacional (Latim: *revertor*, português: *virar-se*) (...) eventos espontâneos (francês *s'évanouir*; sem tradução no português; alternativa: *originar-se*)... (CAMACHO, 2003, p. 95-96)

E Camacho (2003, p. 96) prossegue (aparentemente, ainda seguindo Kemmer), afirmando que “línguas que dispõem de um marcador medial para representar gramaticalmente esses estados de coisas devem ser consideradas sistemas mediais”.

Ele conclui daí que o português é um sistema medial, ou seja, comporta uma “voz média”.

Vejo problemas nesse raciocínio. A lista de Kemmer presumivelmente foi estabelecida sem referência aos fatos do português; ou seja, por mais adequada que seja para outras línguas (os exemplos dados são do latim e do francês), sua adequação ao português é algo a investigar, não algo que se possa pressupor de início.

Nesse ponto, a argumentação de Camacho mostra a tendência (comum na lingüística moderna, reconheça-se) de analisar uma língua em termos de outra, em nome de um universalismo que acaba se reduzindo a uma circularidade. Assim, Camacho (2003) defende que

A associação da medialidade com intransitividade no inglês pode constituir evidência indireta e comparativamente reveladora para postular que os clíticos de verbos como *barbear-se*, *vestir-se*, *lavar-se* sejam considerados marcadores mediais e não pronomes reflexivos. Para essa classe de verbos, o inglês não admite o reflexivo. (p. 96)

Um dos exemplos mencionados por ele é: *John washed* (“John se lavou”), em que não aparece o reflexivo *himself*.

A argumentação desse autor encerra uma falácia fundamental: a de que dados de uma língua são relevantes, automaticamente, para a análise de outra. Esse tipo de raciocínio é utilizado com a justificativa de que é preciso comparar línguas para efeito do estabelecimento de universais. Mas, tratados dessa maneira, os dados não são confiáveis: se o português tem uma voz média **porque** o inglês (nas frases que traduzem os exemplos portugueses) não emprega o reflexivo, que valor comparativo tem essa observação? Se a análise do português foi feita, mesmo parcialmente, com base em dados do inglês, a comparação das duas línguas, nesse particular, está viciada de início.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Usar a análise de uma língua para dirigir a de outra é justificável, com as devidas precauções, no chamado “contexto de descoberta” – ou seja, a análise justificada para uma língua é utilizada como fonte de idéias para a análise de outra. Mas não se admite o mesmo no “contexto de justificação” – ou seja, não é válido afirmar que uma análise é boa para a língua X **porque** é boa para a língua Y.

O “marcador medial”, para Camacho (2003), é o pronome reflexivo. Assim, teríamos uma diátese média em

(60) Ela se lavou.

porque esse verbo expressa “cuidado corporal”, e ocorre com *se*.

Isso faria algum sentido se pudéssemos provar que todo verbo que se encaixa nas categorias semânticas citadas por Kemmer (1994) é sempre acompanhado (em português escrito) por um reflexivo. Mas há dificuldades: primeiro, os traços apontados são extremamente vagos (que é um “evento espontâneo?”); depois, há contra-exemplos a isso. Camacho (2003) cita o francês *s'évanouir* e comenta o seguinte: “sem tradução no português; alternativa: *originar-se*” (p. 96). Mas *s'évanouir* tem, sim, tradução em português, a saber, *desmaiar*, que, mesmo na língua escrita, ocorre sem reflexivo. Substituir *desmaiar* por *originar-se*, a meu ver, vicia a argumentação, cujo objetivo, nesse momento, seria mostrar que todos os verbos que exprimem “evento espontâneo” são reflexivos. É fácil fazer longas listas de verbos que, como *desmaiar*, dispensam *se* e estão em campos semânticos próximos: *morrer, falecer, desfalecer, adoecer*, etc.

Ou seja, não é verdadeira a afirmação de que todo verbo que se encaixa nas categorias semânticas citadas por Kemmer (1994) é reflexivo em português. Mas, ainda que fosse, teríamos que demonstrar que essa construção é uma diátese verbal legítima. Na verdade, mostrei acima que a construção ergativa (que, ao que parece, se identifica com a “média” de Camacho) é base para uma diátese verbal. Mas Camacho não mostra isso, perdendo-se em uma argumentação baseada na aceitação, aparentemente sem crítica, da proposta de Kemmer (1994).

Um dos ingredientes semânticos propostos por Kemmer (1994) é o de “cuidados corporais”, presente em verbos como *lavar-se*. A proposta de Kemmer parece ser uma tentativa de caracterizar interlingüisticamente a semântica da voz média. Mas isso só faz sentido na presença de uma definição independente de “voz média”; e, além do mais, depende de confirmação empírica para cada nova língua que se examine. Apesar disso, Camacho (1993) parece tomá-la como um princípio a ser seguido na identificação de construções médias:

... um verbo pronominal, como *vestir-se*, por exemplo, não será considerado uma instância de reflexividade, mesmo que haja um predicado causativo correspondente. A razão disso é que *vestir-se* representa uma situação de cuidado corporal, o que é por definição uma atividade própria da entidade iniciadora e/ou controladora do evento. (p. 97)

Esse autor deixa claro que a simples presença do pronome reflexivo não basta para caracterizar a construção que ele chama “reflexiva”. E o fato de que *vestir-se*

expressa cuidado corporal não pode ser a razão para que essa construção não seja considerada reflexiva. Falta aqui, pelo menos, uma definição de “reflexiva”, que seja independente do fato, em si inegável, de que *vestir* denota um tipo de cuidado corporal.

Na falta de definições aceitáveis para a construção média (ou para a reflexiva), ficamos com essas afirmações vagas ou circulares. Não é de espantar, então, que o próprio Camacho (2003) se confunda na prática, ao tentar aplicar a classificação a casos concretos. Vimos que, para ele, *vestir-se* não é reflexivo (e é, presumivelmente, médio). Logo adiante, ele afirma que “nas construções médias, o clítico não permite, por um lado, comutações com outros termos possíveis do mesmo paradigma e, por outro, não estabelece com o sujeito uma relação semântica de correferência e sintática de coindexação” (p. 98).

Mas isso é falso, considerando os próprios exemplos fornecidos por ele, porque, primeiro, o clítico pode certamente ser comutado com outros termos do paradigma: *eu te vesti, ela vestiu todos os atores*, etc.; segundo, porque, em *vestir-se* o clítico está justamente estabelecendo uma relação de correferência com o sujeito. Assim, em *A atriz se vestiu* a vestidora e a vestida são a mesma pessoa.

Camacho (2003) tenta escapar dessa contradição afirmando que

[com vestir o] uso causativo é uma situação incomum, marcada, e só é possível de ser enunciada nas situações em que o iniciador do estado de coisas não está em condições de controlá-lo, como se observa em (6a-b) abaixo.

(6) a. Após o banho, tia vestiu o bebê com cuidado.

b. Depois que Antônio fraturou o braço, sua esposa o veste todos os dias. (p. 97)

Não concordo com as intuições de Camacho; e arrisco dizer que a maioria dos brasileiros aceita essas frases como perfeitamente normais, e não como “incomuns”. Nesses casos não é verdade que o *iniciador* não pode estar em condições de controlar o evento, pois, poderíamos dizer, por exemplo:

(61) A mulher de Antônio o veste todos os dias.

sem subentender nenhuma incapacidade de Antônio de vestir-se por si próprio.

Sumariando esta resenha de Camacho (2003), direi que: (a) em princípio, concordo com Camacho, quando afirma que há uma diátese, que ele chama “média” e eu “ergativa”, válida para a subclassificação dos verbos do português; (b) no entanto, não me parece que ele tenha mostrado isso. De minha parte, tentei sanar essa lacuna nas seções 2 e 3 deste artigo; (c) acredito que, pelo menos em parte, o fato de Camacho não conseguir solucionar o problema convenientemente provém da falta de uma conceituação clara e operacionalizável de “diátese”, o que procurei fazer na seção 1; e (d) finalmente, não me parece que as

categorias semânticas arroladas por Kemmer (1994) sejam adequadas para descrever os verbos que aceitam a diátese ergativa em português.

Quanto a este último ponto, gostaria de acrescentar que ele é de grande interesse, em princípio, pois se liga à idéia de que o comportamento sintático dos verbos é, em grande parte, determinado por seu significado. Levin (1993) assim se refere a essa hipótese: “O comportamento de um verbo, em particular no que diz respeito à expressão e interpretação de seus argumentos, é em larga medida determinado por seu significado” (p. 1).

No entanto, a lista de Kemmer não parece ser ainda a demonstração da validade dessa hipótese para o português. O problema continua de pé, e merece consideração.

## SUMÁRIO E CONCLUSÃO

Neste trabalho, procurei mostrar que, tendo em vista os dados disponíveis, não se justifica a distinção entre construção “ergativa” e construção “média” em português. A razão principal é que essa distinção não é instrumental na subclassificação dos verbos, ou seja, não existem verbos que exijam ou recusem uma delas, mas não a outra. Conseqüentemente, a distinção entre “ergativa” e “média” não tem utilidade para o estabelecimento de diáteses verbais. Esses verbos existem em outras línguas (como foi mostrado por LEVIN, 1993, para o inglês), mas em português não se conhecem exemplos. As diferenças apontadas para distinguir “ergativas” de “médias” são decorrentes de fatores independentes, não relacionados com uma presumível propriedade da construção propriamente dita: o aspecto verbal e fatores ligados ao nosso conhecimento do mundo.

Em outras palavras, a construção “média” se justificará se: a) puder ser definida como uma construção autônoma (como a topicalizada), e b) houver verbos que a rejeitem ou exijam, isto é, se ela for útil para a subcategorização dos verbos. Como vimos, nenhuma dessas condições se verifica no caso das “médias”.

O português tem uma construção **ergativa** que se opõe a outras construções tais como a passiva e a causativa. Cada construção se define através de suas propriedades formais (sua estrutura), mais a distribuição dos papéis semânticos pelos diferentes termos da oração. Isso quer dizer que uma construção, tal como aqui se define, é uma entidade **simbólica** (segundo-se a terminologia de Langacker, 1999), ou seja, uma estrutura formal específica associada a certos traços semânticos específicos.

## Abstract

The distinction between the ergative and middle constructions has no place in a description of Portuguese, because it is not instrumental for verb subclassification; consequently, the distinction between ergative and middle cannot be used in the definition of verbal diatheses. The features mentioned in the literature as distinguishing these two constructions derive from independent factors, unrelated to any properties of the construction: verbal aspect and factors relating to world knowledge. A “construction”, as here defined, is a symbolic entity, that is, a specific formal structure associated to certain specific semantic features.

Key words: Diathesis; Middle construction; Ergative construction.

## Referências

- ALTMAN, C.; HACKEROTT, M.; VIOTTI, E. (Org.). *Revista do GEL – Número Especial em Memória de Carlos Franchi*. São Paulo: Contexto, 2002.
- CAMACHO, Roberto G. Em defesa da categoria de voz média no português. *DELTA*, São Paulo, v. 1, n. 19, p. 91-122, 2003.
- CANÇADO, Márcia. Uma aplicação da teoria generalizada dos papéis temáticos: verbos psicológicos. In: ALTMAN, C. *et al.* (Org.). *Revista do GEL – Número Especial em Memória de Carlos Franchi*, São Paulo: Contexto, 2002.
- FELLBAUM, Christiane. Resenha de Dixon, R. M. W. A new approach to English grammar on semantic principles. *Language*, v. 68, n. 3, 1992.
- FOX, B.; HOPPER, P. (Org.). *Voice: form and function*. Amsterdam: John Benjamins, 1994.
- KEMMER, S. Middle voice, transitivity and the elaboration of events. In: FOX, B.; HOPPER, P. (Org.). *Voice: form and function*. Amsterdam: John Benjamins, 1994.
- LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar; theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1987. v. I.
- LANGACKER, Ronald W. *Grammar and conceptualization*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1999.
- LEVIN, Beth. *English verb classes and alternations: a preliminary investigation*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.
- WENCESLAU, Fábio de Lima. *Verbos beneficiários: um estudo na interface entre semântica e sintaxe*. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- WHITAKER-FRANCHI, Regina C. M. *As construções ergativas: um estudo sintático e semântico*. 1989. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.